REQUERIMENTO Nº 305/17

Senhor Presidente,

REQUEIRO à Mesa, regimentalmente, nos termos do art. 17 da LOMA, para que oficie o Senhor Prefeito Municipal, a fim de enviar a esta Casa, dentro do prazo do art. 74 XVI da LOMA as seguintes informaçõessobre quais medidas foram e/ou serão efetivamente adotadas acerca do **Requerimento nº 119/17**, de 08 de maio de 2017, que trata de uma série de obrigações previstas no Plano Diretor do Município de Adamantina, definido pela Lei Complementar Nº 267, de 15 de dezembro de 2016, e que foi objeto de resposta do Chefe do Executivo, descrita no **Ofício nº 312/2017/GAB**, de 22 de maio de 2017.

As questões exigidas pelo Plano Diretor estão elencadas a seguir:

Artigo 11. São ações prioritárias para a proteção ambiental no Município: I - elaborar a Lei de Zoneamento Ambiental, no prazo de 06 (seis) meses a contar da data de entrada em vigor desta Lei;

Artigo 78. As matérias tratadas nos Artigos 29 a 42-B desta Lei deverão ser regulamentadas em leis específicas de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, no prazo de 01 (um) ano a contar da data de entrada em vigor desta Lei.

Artigo 79. O Código de Obras e o Código de Posturas deverão ser revistos em função das diretrizes estabelecidas nesta Lei, bem como em atendimento à Lei nº 3.600/16 – Plano de Mobilidade Urbana de Adamantina, logo após a promulgação desta Lei.

Artigo 80. As demais leis decorrentes desta, deverão ser regulamentadas no prazo de 01 (um) ano, contado da entrada em vigor da presente Lei.

Plenário Vereador José Ikeda, 20 de novembro de 2017.

ACÁCIO ROCHA PEREZ GUERRERO

Vereador